

O fim das licenciaturas

DILVO I. RISTOFF

10 JUN 1996

O ministro Paulo Renato Souza mostrou-se profundamente indignado com o fato de que a aluna Luciana Soares da Silva, a oito meses do vestibular, não tem aulas de várias disciplinas, por falta de professor. O ministro classificou o fato de "revoltante" e, ao mesmo tempo que jogava a peteca da responsabilidade sobre prefeitos e governadores, como a dizer que isto não é com ele, aparecia com mais um entre tantos paliativos para minimizar o problema.

A sua proposta ameaça transformar o artigo 62, item II, da LDB de Darcy Ribeiro, em ato administrativo, mesmo antes do texto virar lei. É que o ministro Paulo Renato, revoltado com a falta de professores no primeiro e segundo graus, declarou que pretende colocar em prática desde já os tais "programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica". Por educação básica entenda-se todos os níveis que antecedem a educação superior, ou seja, educação infantil, primeiro grau e segundo grau. Em outras palavras, estamos falando também em professores de física, química, biologia, matemática, geografia, literatura, e ou-

tros que a cada dia estão mais raros na praça.

Ao chamar de "revoltante" a falta de professores, o ministro propôs organizar cursos que, por exemplo, licenciem médicos a dar aula de biologia no primeiro e segundo graus. Podemos imaginar também médicos dando aula de educação física, engenheiros dando aula de matemática, farmacêuticos dando aula de química, advogados dando aula de português, economistas dando aula de literatura brasileira e assim por diante. Teríamos, pois, um exército de professores por adoção e não por formação.

Se não quisermos discutir a qualificação deste exército para vencer esta luta tão dura pela melhoria da qualidade do ensino no País ou se não quisermos refletir sobre o desrepeito que isto representa a uma classe profissional que tem sobre si a responsabilidade de formar os mestres que devem educar os nossos filhos, se não quisermos discutir as consequências deste gesto sobre as já combalidas licenciaturas, que pelo menos se discuta as chances de sucesso do investimento a ser feito. Afinal, o dinheiro é de todos nós e ele está sendo mal aplicado. Ao projeto subjaz a convicção de que

estes profissionais, uma vez "treinados", poderão ser convencidos a lecionar por salários mensais que equivalem a algumas horas de seu trabalho enquanto médico, engenheiro ou advogado etc. Não sei se é preconceito meu ou de quem concebeu esta idéia, mas não consigo, sinceramente, imaginar que nestas profissões hajam tantos missionários...

As causas da fuga dos estudantes dos cursos universitários que ainda formam professores - com índices alarmantes de evasão em todo o País - são plenamente conhecidas. A solução também é por demais conhecida: basta melhorar os salários e as condições de trabalho dos professores de primeiro e segundo graus. A pergunta é até quando vamos continuar construindo paliativos e fugindo do problema? Com quantas greves vamos ainda ter que conviver até que se perceba que só um plano sério poderá garantir que nossos filhos tenham professores de física, química, matemática, literatura etc., professores, que possam orgulhar-se de ser apenas isto - professores.

■ Dilvo I. Ristoff é professor da Universidade Federal de Santa Catarina